

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.339 - PE (2019/0318012-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : PROCAMPO CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO BORGES GALVÃO DE MELO - PE018606
JOSÉ MANUEL ZEFERINO GALVÃO DE MELO - PE025286
MARIA MARTHA AMORIM DE AZEVEDO GALVÃO DE MELO - PE034164
DANIEL MARCELINO GALVAO MARQUES SILVA - PE047024
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - AL012854
SERVIO TULIO DE BARCELOS - PE001885
LUANNA CRISTINA SILVA FRANÇA - PE002870D
NATTAN RAFAEL FERREIRA DA SILVA - PE043370

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO NA EXECUÇÃO. PERÍCIA JUDICIAL QUE ENCONTROU VALOR INFERIOR AO VALOR DA DÍVIDA INDICADO NA EXORDIAL PELA PARTE EMBARGANTE. PERÍCIA JUDICIAL MENOS PORMENORIZADA QUE AS PLANILHAS COLACIONADAS PELA PARTE EMBARGANTE. PREVALÊNCIA DO VALOR CONFESSADO PELA EMBARGANTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 917, §3º, CPC/2015 (ART. 739-A, §5º, CPC/1973). INAPLICABILIDADE DO ART. 940 DO CC. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os embargos à execução constituem defesa da parte executada, sob a forma de ação de conhecimento. Dessa forma, à época da interposição destes embargos à execução, estes deveriam ser interpostos através de petição inicial, a qual deveria atender, por conseguinte, aos requisitos constantes dos artigos 282 e 320 do CPC/1973 (artigos 319 e 320 do CPC/2015). O art. 743 do CPC/1973 (art. 917 do CPC/2015), por sua vez, elencava as matérias que poderiam ser alegadas na referida ação, dentre as quais, se encontrava o excesso de execução (inciso III), como é a hipótese sob análise.

2. Em casos tais, deveria a parte embargante declarar na *"na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento"* (art. 739-A, §5º do CPC/1973, com correspondência no art. 917, §3º, CPC/2015).

3. *In casu*, a parte embargante, em sua exordial, reconheceu que sua dívida perante a parte embargada era da monta de R\$1.062.782,88 (um milhão sessenta e dois mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos) e aduziu haver excesso na cobrança do que sobejasse esse valor. Trouxe, para tanto, planilha pormenorizada dos cálculos efetuados para se chegar ao valor que entendia devido, com atualização mês a mês, desde 1987, e pleiteou, dentre outras coisas, o reconhecimento de que o débito a ser executado corresponderia ao valor supracitado.

4. Vê-se, portanto, que o valor de R\$1.062.782,88 (um milhão sessenta e dois mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos) foi tido como incontroverso pela parte embargante quando da interposição dos embargos à execução, não cabendo agora pretender modificar o teor de seus próprios pedidos, ainda que com fundamento em perícia judicial que identificou suposto crédito em favor da executada.

5. Ademais, a planilha que instruiu a exordial dos embargos mostrou-se mais completa e pormenorizada que a apresentada com a perícia judicial. Ainda que não seja imprescindível a descrição mês a mês da evolução dos valores devidos, tal fato dá maior credibilidade às planilhas elaboradas pela própria parte embargante do que aos cálculos apresentados pelo perito judicial, especialmente considerando que a dívida remonta do ano de 1987, tendo havido quatro trocas de moeda corrente no Brasil desde então.

6. Inaplicabilidade do art. 940 do Código Civil e a conseqüente devolução na forma simples dos valores cobrados em excesso, uma vez que a soma a que chegou a instituição financeira apelada deu-se em razão de cláusulas contratuais, ainda que estas tenham sido afastadas pelo juízo a quo, restando configurado erro justificável.

7. Quanto aos honorários arbitrados pelo juízo a quo, frise-se que os presentes embargos foram acolhidos em parte pelo juízo a quo para reconhecer que a parte embargante é devedora de R\$1.062.782,88 (um milhão sessenta e dois mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Dessa forma, ainda que tenha se sagrado vencedora em parte de seus pedidos em sede de embargos à execução, o excesso encontrado não implica na nulidade desta

última, visto que a demanda executiva prosseguirá quanto ao valor supracitado. Incabível, portanto, o pleito de dupla condenação em honorários advocatícios em favor da parte embargante.

8. O valor arbitrado pelo juízo a quo (R\$50.000,00) a título de honorários advocatícios afigura-se condizente com a natureza e a importância da causa, bem como em relação ao lugar da prestação dos serviços, que se deu em localidade de fácil acesso. Ademais, em que pese a expressiva redução do valor da dívida alcançada em sede de embargos à execução, a parte embargante logrou apenas parcial procedência em sua defesa, tendo sucumbido quanto aos demais pedidos da exordial bem como na totalidade de apelo recursal.»

9. Apelo improvido. Decisão unânime.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

A decisão de admissibilidade realizada na Corte de origem, negou seguimento ao recurso especial, considerando que o recorrente não atendeu ao regramento do artigo 1.003, § 6º, do Código de Processo Civil.

No intento de impugnar a decisão de admissibilidade quanto ao reconhecimento da intempestividade do recurso especial, a parte agravante, por meio do presente agravo, aduziu que e *"Desembargador aplicou equivocadamente o dispositivo citado ao caso vertente, em que, como visto, não se configurou gravidade e a deficiência foi suprida antes mesmo do juízo de admissibilidade do recurso aproveitando prazo assinalado pelo próprio Desembargador"* (fl. 832, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O presente inconformismo diz respeito à tempestividade do recurso especial, cuja decisão impugnada foi publicada já na vigência do Código de Processo Civil de 2015, sendo exigidos, pois, os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista.

Por sua vez, o art. 1.003, § 6º, do CPC/15 impõe ao recorrente o ônus de comprovar a ocorrência de feriado local ou de suspensão do expediente no ato de interposição do recurso.

Não obstante o princípio da primazia do mérito, o próprio CPC/2015 estabeleceu expressa obrigatoriedade de comprovação de feriado local ou suspensão do expediente, regra específica que prevalece sobre a regra geral.

Assim, não comprovada a existência de feriado local ou suspensão do expediente no ato da interposição do recurso, nos termos do § 6º do art. 1.003 do CPC/15, deve o relator considerar inadmissível o recurso, independentemente de intimação, não se aplicando o art. 932, parágrafo único.

A esse respeito:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO INTEMPESTIVO. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO PREVISTO NOS ART. 1.021 E SEGUINTE, DO CPC/2015 C/C ART. 1.070 DO CPC/2015. RECESSO FORENSE. SUSPENSÃO DO PRAZO NÃO DEMONSTRADA. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NOVO REGRAMENTO PROCESSUAL EXPRESSO. SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO ANTERIOR, APLICÁVEL TÃO SOMENTE AOS RECURSOS INTERPOSTOS COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

(AgInt nos EDcl no AREsp 991.791/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12.9.2017, DJe 18.9.2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO NÃO CONHECIDO POR INTEMPESTIVIDADE. COMPROVAÇÃO POSTERIOR DE FERIADO FORENSE QUE TORNARIA TEMPESTIVO O RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. NOVO ENTENDIMENTO DESTA CORTE EM DECORRÊNCIA DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CPC. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 estabelece que o recorrente provará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior.
2. Considerando que o agravo em recurso especial foi interposto sob a égide do CPC/2015 e que não houve a comprovação do feriado local, quando de sua interposição, não há como ser afastada a intempestividade do agravo em recurso especial.
3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.036.572/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO

BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13.6.2017, DJe 23.6.2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTEMPESTIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO TRIBUNAL ESTADUAL. COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO NÃO DEMONSTRADA. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. ART. 1.003, § 6º, DO NCPC. COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. NÃO OCORRÊNCIA. DIA DO SERVIDOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE FERIADO NACIONAL.

RECESSO FORENSE NO STJ. IRRELEVÂNCIA PARA VERIFICAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE DE RECURSO INTERPOSTO NA ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, vigente à época do CPC/73, eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, nos tribunais de justiça estaduais, deveria ser comprovada por documento idôneo.
3. O agravo em recurso especial foi protocolado na vigência do novo Código de Processo Civil, atraindo a aplicabilidade do art. 1.003, § 6º, do NCPC, que não mais permite a comprovação da ocorrência de feriado local em momento posterior, já que estabeleceu ser necessária a demonstração quando interposto o recurso.
4. Esta Corte adota o posicionamento jurisprudencial de que o Dia do Servidor Público não é feriado nacional. Desse modo, é dever da parte comprovar nos autos, por documento idôneo, a suspensão do expediente forense no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.
5. É relevante salientar que os recursos interpostos na instância de origem, mesmo que endereçados a esta Corte Superior, observam o

Superior Tribunal de Justiça

calendário de funcionamento do tribunal local, não podendo se utilizar, para todos os casos, dos feriados e das suspensões previstas em Portaria e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que muitas vezes não coincidem com os da Justiça estadual. (AgRg no AREsp 700.715/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cuevas, Terceira Turma, j. 17/5/2016, DJe 23/5/2016).

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.064.177/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 3.8.2017, Dj de 14.8.2017)

Com efeito, verifica-se que o ora agravante foi intimado do acórdão recorrido em 26.2.2018 (segunda-feira), tendo sido o recurso especial protocolado somente no dia 20.3.2018 (terça-feira), ou seja, fora do prazo legal de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.021 c/c artigo 1.070 do Código de Processo Civil de 2015, o que caracteriza, pois, a sua intempestividade.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora